

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO DISTRITO FEDERAL**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026



**TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL - DF**

Presidente

Desembargador Eleitoral JAIR SOARES

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Eleitoral SÉRGIO ROCHA

Membros

Desembargadora Eleitoral MARIA DO CARMO CARDOSO

Desembargador Eleitoral GUILHERME PUPE DA NÓBREGA

Desembargador Eleitoral ANDRÉ PUPPIN MACEDO

Desembargadora Eleitoral SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO

Desembargadora Eleitoral MARIA LEONOR LEIKO AGUENA

CONSELHO DE GOVERNANÇA, GESTÃO ESTRATÉGICA E DE RISCOS

Diretora-Geral – Lúcia Carvalho Bitar Yung-Tay

Chefe de Gabinete da Presidência – Guilherme de Sousa Juliano

Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral – Wildice Lima Ferro Cabral

Secretário de Administração, Orçamento e Finanças – Paulo Tadeu Saldanha

Secretária de Gestão de Pessoas – Adriana Aparecida Coelho Pereira

Secretário Judiciário – Fábio Moreira Lima

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação – Andrey Bernardes Pousa Correa

Assessor de Gestão Estratégica, Planejamento e Estatística – Reinaldo Luz Lima das Virgens Ferreira

ELABORAÇÃO

Assessoria de Gestão Estratégica, Planejamento e Estatística – AGEPE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
METODOLOGIA	06
MISSÃO E VISÃO	08
ATRIBUTOS DE VALOR PARA A SOCIEDADE	09
ANÁLISE DE SWOT	10
ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026	15
MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO	16
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	18
MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO COM MACRODESAFIOS RELACIONADOS AOS ODS	19
MAPA ESTRATÉGICO DO TRE-DF	21
PERSPECTIVAS, MACRODESAFIOS, INDICADORES E METAS	23
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS BIÊNIO 2022-2024	61
CONTROLE DE EDIÇÕES	65

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) para o período de 2021 a 2026 surgiu do processo de revisão do Plano Estratégico TRE-DF 2015-2020, em razão da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 325, de 29 de junho de 2020. Tal normativo, além de instituir a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, estabeleceu a necessidade de seu desdobramento e alinhamento por todos os segmentos e órgãos do Poder Judiciário.

O conteúdo do novo Plano Estratégico do TRE-DF observa, por conseguinte, as políticas voltadas à concretização da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, ao considerar o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário na definição dos macrodesafios deste Tribunal, bem como ao incluir as Metas Nacionais.

O Conselho Nacional de Justiça também optou por vincular os

macrodesafios da estratégia nacional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido o TRE-DF também adotou os ODS em seu planejamento estratégico.

Finalmente, o processo de elaboração deste Plano buscou envolver a participação dos mais variados níveis organizacionais, que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com o processo de realização da justiça no âmbito do Distrito Federal.

METODOLOGIA

O processo de gestão estratégica não se encerra no planejamento. É necessário acompanhar as ações e verificar o avanço rumo a sua implementação. Para isso, o TRE-DF realiza a tradução da estratégia por meio da adaptação da ferramenta do Balanced Scorecard (BSC) à realidade da Administração Pública.

O BSC é uma metodologia de medição do desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School, Robert Kaplan e David Norton. Sua função é destacar os processos mais críticos para obtenção de um desempenho superior.¹

No BSC, as ações e projetos são estruturados de maneira a cada perspectiva dar suporte às seguintes, até que se atinja a perspectiva financeira: Aprendizado e Crescimento > Processos Internos > Clientes > Financeiro.

Na Administração Pública, no entanto, a atividade fim tem como

alvo principal a Sociedade. Logo, a metodologia do BSC é adaptada de forma que a perspectiva mais elevada a ser alcançada é a Sociedade. A perspectiva financeira deixa de ser o alvo mais elevado e passa a integrar a perspectiva de Aprendizado e Crescimento, materializada no macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira. Nesse cenário, a arrecadação orçamentária passa a ser utilizada como diretriz para o planejamento estratégico.

¹ KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P.. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

METODOLOGIA

A partir dessa premissa, a estratégia do TRE-DF é traduzida por meio do desenvolvimento da metodologia do BSC em três perspectivas: Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Sociedade, estando assim alinhado com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

Conforme se evidencia no Mapa Estratégico do TRE-DF 2021-2026, cada perspectiva divide-se em macrodesafios, aos quais estão relacionados os indicadores e as iniciativas estratégicas do TRE-DF.

A construção do Plano Estratégico do TRE-DF 2021-2026 obedeceu as seguintes fases:

- a) Definição da Missão, da Visão de Futuro e dos Valores Institucionais;
- b) Análise do ambiente interno e externo com a identificação dos pontos fortes e fracos (ambiente interno), e das oportunidades e ameaças (ambiente externo), metodologia conhecida como análise de SWOT, vide página 10;
- c) Definição das perspectivas e dos macrodesafios, alinhados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026;
- d) Construção do Mapa Estratégico do TRE-DF;
- e) Realização de reuniões setoriais para a elaboração dos indicadores e definição das metas;
- f) Realização de reuniões setoriais para a definição das iniciativas estratégicas a serem executadas para o alcance dos macrodesafios definidos (essa etapa aconteceu logo após a mudança da gestão, em abril e maio de 2020, tendo em vista que as iniciativas estratégicas compõem o Plano de Gestão do TRE-DF, o qual é bianual);
- g) Realização de reunião com o Conselho de Governança, Gestão Estratégica e de Riscos para apresentação e aprovação da proposta, para posterior encaminhamento à Corte do TRE-DF para deliberação.

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

VISÃO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade.

ATRIBUTOS DE VALOR PARA A SOCIEDADE

O TRE-DF definiu os principais valores que pautam sua atuação, quais sejam:

- **Acessibilidade:** garantir o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços prestados pelo TRE-DF.
- **Cooperação:** agir em conjunto para o alcance dos objetivos.
- **Credibilidade:** inspirar confiança em seus jurisdicionados.
- **Diversidade:** reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças individuais, sejam elas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião, ou qualquer outra característica.
- **Eficiência:** agir de modo a obter resultados sólidos e a uma cultura organizacional de sucesso.
- **Equidade:** garantir tratamento justo e oportunidades iguais para todos, com ações específicas para superar desigualdades históricas e sociais, promovendo a participação feminina e combatendo qualquer tipo de assédio ou discriminação.
- **Ética:** adotar comportamento voltado para o bem e a moralidade.
- **Humanização:** valorizar a condição humana nas relações pessoais e profissionais.
- **Imparcialidade:** abster-se de tomar partido.
- **Inclusão:** promover a igualdade de oportunidades e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas características individuais, garantindo um ambiente acessível e acolhedor.
- **Inovação:** estimular a criatividade e aplicação de soluções diferenciadas.
- **Integridade:** alinhar código de valores e comportamentos.
- **Segurança Jurídica:** ter razoável previsibilidade e estabilidade na aplicação das leis.
- **Sustentabilidade:** promover a conscientização política e socioambiental com a adoção de práticas sustentáveis.
- **Transparência:** garantir a acessibilidade e publicidade dos atos, ações e informações institucionais.

ANÁLISE DE SWOT

S.W.O.T. é uma sigla que vem do inglês e significa Strengths (Pontos Fortes), Weaknesses (Pontos Fracos), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças). A análise S.W.O.T é uma das ferramentas mais utilizadas para se fazer um diagnóstico da organização, isso porque compatibiliza o ambiente externo com o interno e apoia a construção da proposta de valor.

No ambiente externo existem as oportunidades e as ameaças e no interno as forças e as fraquezas. Logo, sempre que existe uma ameaça devo verificar se existe uma força para mitigar a ameaça, e caso não exista devo transformar uma fraqueza em força. Na ocorrência de oportunidades devo me apoiar em forças para aproveitá-las. Só havendo fraquezas devo transformá-las em forças para aproveitar a oportunidade.

Ela pode ser esquematizada conforme quadro ao lado.



ANÁLISE DE SWOT - FORÇAS



1. Atuação na conscientização política dos(as) cidadãos(ãs);
2. Existência de cadastro biométrico para todo o eleitorado do DF;
3. Existência de adequados canais de comunicação para a população;
4. Atendimento das operações de alistamento em qualquer local de atendimento;
5. Boa reputação com clientes (eleitores(as), candidatos(as), partidos políticos);
6. Aperfeiçoamento constante dos serviços de atendimento aos(às) eleitores(as) com domicílio eleitoral no exterior;
7. Funcionamento dos serviços eleitorais em imóveis próprios;
8. Implantação do processo administrativo eletrônico (SEI – Sistema Eletrônico de Informações) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe);
9. Digitalização de todos os processos em tramitação no Tribunal;
10. Utilização de tecnologia confiável nos processos eleitorais;
11. Celeridade e segurança no resultado das eleições;
12. Conhecimento do negócio;
13. Boas condições de trabalho no Tribunal;
14. Comprometimento dos(as) servidores(as) com a instituição;
15. Assistência à saúde e outros benefícios oferecidos aos(às) servidores(as);
16. Quadro de pessoal com elevado grau de instrução;
17. Integração do Plano Anual de Capacitação com as necessidades das unidades para o desenvolvimento de competências;
18. Implantação do teletrabalho;
19. Localização do TRE-DF;

ANÁLISE DE SWOT - FRAQUEZAS



1. Reduzido quadro de servidores(as) do Tribunal e alta rotatividade de servidores(as) requisitados(as);
2. Capacidade de atendimento das demandas de TI (desenvolvimento e suporte) abaixo do necessário em virtude da falta de servidores especializados;
3. Mudança dos(as) gestores(as) em ano eleitoral, podendo causar descontinuidade ou atraso nos procedimentos administrativos;
4. Falhas no planejamento e na execução orçamentária (aderência e execução);
5. Falta de autonomia orçamentária;
6. Estrutura insuficiente para uma boa gestão por processos e de projetos;
7. A comunicação da estratégia ainda não alcança toda a instituição;
8. Deficiência na comunicação interna (endomarketing) em relação aos sistemas eleitorais;

ANÁLISE DE SWOT - OPORTUNIDADES



1. Possibilidade de parcerias com outros entes públicos ou com a sociedade civil organizada visando uma melhor prestação do serviço à sociedade;
2. Movimento em favor da ética na política/combate à corrupção;
3. Uso de ferramentas de ensino a distância para capacitar a sociedade (eleitores(as), candidatos(as) e partidos);
4. Maior exigência da população e dos órgãos de controle externo por qualidade e transparência do serviço público;
5. Potencial adesão dos eleitores ao aplicativo E-título;
6. Interesse da Administração Pública nas questões de responsabilidade socioambiental;
7. Geografia do Distrito Federal facilita as atividades do TRE-DF;
8. Perfil do eleitorado no DF favorece a compreensão do processo de votação;
9. Incentivo no uso de boas práticas entre os órgãos do Poder Judiciário;
10. Evolução tecnológica;

ANÁLISE DE SWOT - AMEAÇAS



1. Custo crescente do processo eleitoral;
2. Descrédito da sociedade em relação aos políticos e às instituições políticas;
3. Partidos políticos desestruturados e desconhecedores de seus deveres e obrigações perante a Justiça Eleitoral;
4. Restrições orçamentárias;
5. Ataques de hackers;
6. Fakenews;
7. Desvalorização das carreiras no judiciário;
8. Dificuldade de criação de cargos efetivos;
9. Ausência de informação da sociedade quanto ao processo eleitoral;
10. Restrições legais e negativa por parte dos órgãos frente às necessidades de requisição de servidores pelo TRE-DF;
11. Forte crescimento do eleitorado no exterior;

ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 foi instituída pela Resolução CNJ n. 325, de 30 de junho de 2020, após construção democrática e participativa no âmbito da Rede de Governança Colaborativa, e tem a finalidade de definir as diretrizes nacionais da atuação institucional dos órgãos do Poder Judiciário para o próximo sexênio.

São componentes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário:

Missão do Poder Judiciário: Realizar Justiça.

Visão do Poder Judiciário: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

Atributos de valor: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

Além da missão, visão, atributos de valor e macrodesafios, também compõem a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 os indicadores de desempenho associados a cada macrodesafio.

O glossário completo dos indicadores estabelecidos pelo CNJ pode ser acessado [clikando aqui](#).

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO



Poder
Judiciário

2021 ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2026

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

MISSÃO

Realizar justiça.

VISÃO

Poder Judiciário efetivo e ágil
na garantia dos direitos e
que contribua para a
pacificação social e o
desenvolvimento do país.

MACRODESAFIOS

SOCIEDADE

GARANTIA DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS



FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE



ATRIBUTOS DE VALOR:

Acessibilidade, agilidade,
credibilidade, eficiência, ética,
imparcialidade, inovação,
integridade, segurança
jurídica, sustentabilidade,
transparência e
responsabilização.

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE
NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL



ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO,
À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS



PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E
ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS
PARA OS CONFLITOS



CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS



PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE



APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL



APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA
GESTÃO DE PESSOAS



APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL
DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS



JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUSTIÇA ELEITORAL
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA ESTADUAL
JUSTIÇA MILITAR

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O CNJ optou pela integração dos macrodesafios do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Ao todo são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem atingidas no

período de 2016 a 2030, relacionadas a efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento, que incorporam e dão continuidade aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a partir de subsídios construídos na Rio + 20. Segue abaixo os 17 ODS:



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO COM MACRODESAFIOS RELACIONADOS AOS ODS



Poder
Judiciário

2021 | ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO | 2026

CNU
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

MISSÃO

Realizar justiça.

VISÃO

Poder Judiciário efetivo e ágil
na garantia dos direitos e
que contribua para a
pacificação social e o
desenvolvimento do país.

MACRODESAFIOS

SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

ATRIBUTOS DE VALOR:

Acessibilidade, agilidade,
credibilidade, eficiência, ética,
imparcialidade, inovação,
integridade, segurança
jurídica, sustentabilidade,
transparência e
responsabilização.

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

16

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

16

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

6 7 9 11 12 13 14 15 16 17

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

5 16

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

16 17

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

3 4 8 10 13 16 17

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

12 16 17

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

9 16 17

ODS:



MAPA ESTRATÉGICO DO TRE-DF

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

VISÃO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral, fortalecendo a credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade.

ATRIBUTOS DE VALOR

Acessibilidade, cooperação, credibilidade, diversidade, eficiência, equidade, ética, humanização, imparcialidade, inclusão, inovação, integridade, segurança Jurídica, sustentabilidade, transparência.

MACRODESAFIOS

SOCIEDADE

GARANTIA DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS

3 4 5 9 10 16 17

FORTELECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

4 5 9 10 16 17

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

9 10 16 17

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

16

PROMOÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE

3 4 5 6 7 11 12 13 14 15 16 17

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

9 12 16 17

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA
GESTÃO DE PESSOAS

3 4 5 8 10 16 17

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

12 16 17

FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA
NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

9 16 17

ODS:





The image shows a laptop screen with a dashboard. The dashboard has a sidebar on the left with a user profile and navigation links. The main area displays several key performance indicators (KPIs) with large numbers and percentage changes from the last week. Below these are charts for network activities, user signups, converted sales, and profit made. A dark blue banner with white text is overlaid on the middle of the image.

PERSPECTIVAS, MACRODESAFIOS, INDICADORES e METAS

PERSPECTIVAS

A partir de uma visão integrada e balanceada da organização, o BSC descreve a estratégia de forma clara por meio de macrodesafios agrupados em três perspectivas representadas no Mapa Estratégico. As perspectivas, por sua vez, são subdivididas em macrodesafios. No processo de revisão do Plano Estratégico do TRE-DF, foram adotadas três perspectivas, as mesmas que integram a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, quais sejam:

PERSPECTIVA: SOCIEDADE

O Tribunal existe para atender às demandas da sociedade na busca de solução para os conflitos, garantindo o acesso à justiça.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

Destaca e prioriza os processos e procedimentos críticos para a promoção da melhoria contínua do TRE-DF com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, aumentar a produtividade e otimizar o gasto público.

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Compreende o capital intelectual do Tribunal, seu preparo para a inovação e sua valorização, bem como a modernização da instituição para o enfrentamento das ondas de choques tecnológicos. O foco está na implementação contínua da modernidade e do crescimento organizacional.

MACRODESAFIOS

PERSPECTIVA: SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdiccional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

MACRODESAFIOS

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

METAS ESTABELECIDAS PELO CNJ

METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS (CNJ)

As **Metas Nacionais do Poder Judiciário** representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com mais eficiência e qualidade. Ademais, buscam também aprimorar os resultados dos indicadores de desempenho.

Os glossários completos das metas nacionais e específicas podem ser acessados no portal do CNJ [clikando aqui](#).

INDICADORES TRE-DF

MACRODESAFIO	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL
GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	INDICADOR 01: Taxa de locais de votação com seções especiais	SCE
FORTELECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	INDICADOR 02: Número de participações no Projeto Eleitor do Futuro	EJE
	INDICADOR 03: Índice de transparência	AGEPE
	INDICADOR 25: excluído conforme registrado em ata do dia 29/04/2025 (Ata de Reunião SEI nº 1812780)	SAO
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	INDICADOR 04: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (1º Grau)	SCE
	INDICADOR 05: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (2º Grau)	SJU
	INDICADOR 06: Índice de atendimento à demanda (1º Grau)	SCE
	INDICADOR 07: Índice de atendimento à demanda (2º Grau)	SJU
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	INDICADOR 08: Índice de prescrição (1º Grau)	SCE
	INDICADOR 09: Taxa de celeridade dos processos prioritários no 2º grau	SJU
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	INDICADOR 10: Índice de desempenho de sustentabilidade	AGEPE
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	INDICADOR 11: Índice médio de regularidade dos processos no 1º Grau	SCE
	INDICADOR 12: Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"	AGEPE
	INDICADOR 13: Taxa de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	SAO
	INDICADOR 14: Acurácia do Estoque de bens de consumo	COLOC
	INDICADOR 26: excluído conforme registrado em ata do dia 29/07/2024 (Ata de Reunião SEI nº 1656919)	SAO
	INDICADOR 27: excluído conforme registrado em ata do dia 29/07/2024 (Ata de Reunião SEI nº 1656919)	SAO
	INDICADOR 28: Taxa de aderência do Plano Anual de Aquisições com a contratação efetivada	SAO
	INDICADOR 30: Taxa de execução do Plano de Gestão	AGEPE
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	INDICADOR 15: Taxa de execução do Plano Anual de Capacitação	SGP
	INDICADOR 16: Taxa de desenvolvimento de competências gerenciais estratégicas	SGP
	INDICADOR 17: Índice de absenteísmo-doença	SGP
	INDICADOR 18: Índice de capacitação de servidores	SGP
	INDICADOR 29: Quantidade de campanhas realizadas sobre assédio e discriminação	CPEA
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	INDICADOR 19: Aderência da execução ao planejamento orçamentário	CORF
	INDICADOR 20: Perdas Orçamentárias	CORF
	INDICADOR 21: Taxa de inscrição em restos a pagar	CORF
	INDICADOR 22: Utilização do limite de pagamento	CORF
FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	INDICADOR 23: Índice de Governança de Tecnologia da Informação	STIC
	INDICADOR 24: Disponibilidade dos serviços e sistemas prioritários no TRE-DF	STIC

PERSPECTIVA: SOCIEDADE

MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

INDICADOR 01: Taxa de locais de votação com seções acessíveis						
Macrodesafio	Garantia dos direitos fundamentais					
O que mede (Descrição)	A quantidade de locais de votação com seções acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no dia da eleição					
Para que medir	Assegurar condições para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participem do processo eleitoral votando em seções com acessibilidade					
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral					
Quando medir	Em anos de eleições gerais					
Onde medir (Fonte de dados)	Sistema ELO					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$\text{Quantitativo de locais de votação com seções acessíveis} \div \text{Total de locais de votação}$					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	NM	100%	NM	NM	NM	100%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	NM	NM	NM	100%	NM	NM

NM – Não mensurado

PERSPECTIVA: SOCIEDADE

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

INDICADOR 02: Número de participações no Projeto Eleitor do Futuro						
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade					
O que mede (Descrição)	Quantidade de crianças e jovens que participaram do Projeto Eleitor do Futuro					
Para que medir	Avaliar o comprometimento do TRE-DF com a responsabilidade social e a adesão dos jovens ao Programa					
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal "Rui Barbosa"					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	Relatório anual de atividades					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Soma do total de participantes no Projeto Eleitor do Futuro					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	5.000	10.000	15.000	20.000	25.000	30.000
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	30.500	30.500	31.150	41.944	37.792	5.000

PERSPECTIVA: SOCIEDADE

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

INDICADOR 03: Índice de transparência						
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade					
O que mede (Descrição)	Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 215/2015					
Para que medir	Monitorar o nível de transparência e acesso à informação do TRE-DF					
Quem mede	Assessoria de Gestão Estratégica, Planejamento e Estatística					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	Resultados divulgados pelo CNJ em seu site (https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/)					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados no normativo mais recente do CNJ					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	88,00%	88,00%	88,00%	88,00%	100,00%	100,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	61,33%	87,70%	87,08%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INDICADOR 04: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (1º Grau)						
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que mede (Descrição)	Indica o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Computar os processos somando-se os casos de conhecimento e de execução judicial e extrajudicial não fiscal.					
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais					
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal). A janela anual para fins de aferimento do cumprimento das metas será a mesma considerada pelo Prêmio CNJ de Qualidade.					
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Qlik Sense					
Como medir (Fórmula de cálculo)	A mesma forma utilizada no Prêmio CNJ de Qualidade.					
Evolução desejada	Quanto menor melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	68,00%	65,00%	62,00%	58,00%	42,48%*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	43,08%	20,99%	39,49%	39,42%	74,00%	70,26%

* As metas para 2025 e 2026 serão os valores referentes à pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INDICADOR 05: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (2º Grau)						
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que mede (Descrição)	Mede o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva					
Para que medir	Verificar a capacidade do TRE-DF em atender à demanda de processos judiciais					
Quem mede	Secretaria Judiciária					
Quando medir	Anualmente (monitoramento mensal). A janela anual para fins de aferimento do cumprimento das metas será a mesma considerada pelo Prêmio CNJ de Qualidade.					
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Qlik Sense					
Como medir (Fórmula de cálculo)	A mesma forma utilizada no Prêmio CNJ de Qualidade.					
Evolução desejada	Quanto menor melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	50,00%	40,00%	50,00%	50,00%	42,48%*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	65,15%	52,72%	55,80%	42,74%	85,00%	78,26%

* As metas para 2025 e 2026 serão os valores referentes à pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INDICADOR 06: Índice de atendimento à demanda (1º Grau)						
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que mede (Descrição)	Indica a capacidade do TRE-DF em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados.					
Para que medir	Verificar se o 1º Grau é capaz de baixar processos em número, pelo menos, equivalente ao de casos novos ingressados. Esse indicador deve ser superior a 100% para demonstrar que não houve acúmulo no acervo de processos judiciais pendentes.					
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal). A janela anual para fins de aferimento do cumprimento das metas será a mesma considerada pelo Prêmio CNJ de Qualidade.					
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Qlik Sense					
Como medir (Fórmula de cálculo)	A mesma forma utilizada no Prêmio CNJ de Qualidade.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	150%	100%	110%	150%	>80%*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	114%	278%	133%	66%	85%	139%

* As metas para 2025 e 2026 serão os valores referentes à pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INDICADOR 07: Índice de atendimento à demanda (2º Grau)						
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que mede (Descrição)	A capacidade do TRE-DF em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados.					
Para que medir	Verificar se o 2º Grau é capaz de baixar processos em número, pelo menos, equivalente ao de casos novos ingressados. Esse indicador deve ser superior a 100% para demonstrar que não houve acúmulo no acervo de processos judiciais pendentes.					
Quem mede	Secretaria Judiciária					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal). A janela anual para fins de aferimento do cumprimento das metas será a mesma considerada pelo Prêmio CNJ de Qualidade.					
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Qlik Sense					
Como medir (Fórmula de cálculo)	A mesma forma utilizada no Prêmio CNJ de Qualidade.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	200%	100%	50%	200%	>80%*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	401%	366%	336%	65%	103%	216%

* As metas para 2025 e 2026 serão os valores referentes à pontuação máxima do Prêmio CNJ de Qualidade.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

INDICADOR 08: Índice de prescrição (1º Grau)						
Macrodesafio	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais					
O que mede (Descrição)	É calculado pela razão entre o total de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos relativos à Improbidade Administrativa, à Corrupção e aos Ilícitos Eleitorais					
Para que medir	Verificar os obstáculos à plena efetividade do combate aos atos de corrupção, de improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais					
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	Painel Qlik Sense ou Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), para obtenção do número de sentenças com movimento de prescrição em relação ao total de sentenças, conforme classes e assuntos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs)					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Julgamentos com prescrição ÷ Sentenças de conhecimento					
Evolução desejada	Quanto menor melhor.					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	0,00%	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	10,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	ND	ND

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

INDICADOR 09: Taxa de celeridade dos processos prioritários no 2º grau						
Macrodesafio	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais					
O que mede (Descrição)	O percentual de processos prioritários do 2º grau, que importem em não diplomação ou perda de mandato eletivo, instruídos e julgados dentro do prazo.					
Para que medir	Acompanhar o grau de aplicação do art. 97-A da Lei nº 9.504/97, que trata da duração razoável (1 ano) dos processos que importem em não diplomação ou perda de mandato eletivo.					
Quem mede	Secretaria Judiciária					
Quando medir	Em janeiro do segundo ano subsequente ao pleito eleitoral					
Onde medir (Fonte de dados)	PJe					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Número de processos prioritários julgados dentro do prazo estabelecido na lei ÷ Número de processos prioritários em tramitação distribuídos no período eleitoral					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	NM	NM	NM	100,00%	NM	NM
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	NM	ND	NM	NM	NM	90,00%

NM – Não mensurado
ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

INDICADOR 10: Índice de desempenho de sustentabilidade						
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade					
O que mede (Descrição)	Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ nº 201/2015. Os resultados, o método aplicado e os indicadores utilizados constam na publicação anual do “Balanço Socioambiental do Poder Judiciário”, produzido pelo DPJ/CNJ.					
Para que medir	Monitorar a efetividade das ações socioambientais do TRE-DF					
Quem mede	Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade					
Quando medir	Anualmente, quando da divulgação do Balanço Socioambiental do Poder Judiciário					
Onde medir (Fonte de dados)	No site do CNJ, página de divulgação dos balanços socioambientais do Poder Judiciário (https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-socioambiental/balanco-socioambiental/)					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Conforme descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	60,00%	50,00%	60,00%	80,00%	*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	45,90%	58,20%	39,20%	46,20%

ND – Não disponível

* A meta para 2025 será a 2ª faixa de pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade e para 2026 será a 3ª faixa de pontuação.

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR 11: Índice médio de regularidade dos processos no 1º grau de jurisdição						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
O que mede (Descrição)	A regularidade dos processos e procedimentos no 1º grau de jurisdição referente aos itens 4.1.1, 4.1.2, 5.1.9, 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4, 5.3.1, 6.1.1, 6.1.2, 7.2.1, 7.2.2, 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, 7.3.4, 7.4.1, 7.4.2, 7.4.3, 7.4.4, 7.5.1, 7.5.2, 7.6.1, 7.7.1 e 7.8.1 do relatório de correições extraído do Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral – SINCO.					
Para que medir	Garantir a conformidade das atividades cartorárias e a segurança do processo eleitoral					
Quem mede	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral					
Quando medir	Bianualmente (em anos não eleitorais)					
Onde medir (Fonte de dados)	Nos cartórios, via sistema SINCO.					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Somatório dos percentuais de “conforme” alcançados em cada um dos itens acima ÷ Número total de itens. Obs.: os casos de “Não se aplica” serão excluídos do cálculo e o percentual de “conforme” será recalculado para o item.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	84,00%	84,50%	85,00%	85,50%	86,00%	NM
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	79,85%	82,27%	86,83%	90,67%	84,00%	79,79%

NM – Não mensurado

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR 12: Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
O que mede (Descrição)	Percentual da pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia” (correspondente ao antigo “Qualidade da Informação”), conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.					
Para que medir	Monitorar a qualidade dos mecanismos de governança e das informações prestadas pelo TRE-DF					
Quem mede	Assessoria de Gestão Estratégica, Planejamento e Estatística					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	Portaria que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade e informações encaminhadas pelos tribunais para avaliação da premiação					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$\text{Soma da pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"} \div \text{Soma da pontuação máxima nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"}$					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	ND	84,73%

* A meta será o valor necessário para obtenção do selo ouro de acordo com a Portaria CNJ que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade no respectivo ano.
ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR 13: Taxa de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
O que mede (Descrição)	O percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no tempo padrão, considerado o tempo decorrido entre a pesquisa de preços e o empenho da despesa correspondente.					
Para que medir	Garantir o tempo razoável de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços					
Quem mede	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento semestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	SEI					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$\text{Total de Processos de Aquisição de Bens e Serviços Finalizados no Prazo Padrão} \div \text{Total de Processos de Aquisição de Bens e Serviços Finalizados no Período Base}$					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	87,00%	89,00%	91,00%	93,00%	95,00%	97,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	22,58%	97,44%	96,61%	ND	ND	87,23%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR 14: Acurácia do Estoque de bens de consumo						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
O que mede (Descrição)	As diferenças financeiras levantadas no estoque de bens de consumo em relação ao valor total estocado					
Para que medir	Para certificar a boa gestão do estoque, fomentar a transparência da gestão do estoque, permitir intervenções e tomadas de decisões relacionada a gestão de bens do TRE-DF.					
Quem mede	Coordenadoria de Logística e Contratações					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	ASIWEB e relatórios de inventário					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$1 - ((\text{Soma do valor dos bens faltantes} + \text{Soma do valor dos bens excedentes}) \div \text{Valor total estocado})$					
Evolução desejada	Quanto maior melhor.					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	94,00%	95,00%	96,00%	96,50%	97,00%	97,50%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	ND	ND

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR 28: Taxa de aderência do Plano Anual de Aquisições com a contratação efetivada					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária				
O que mede (Descrição)	Mede a aderência das contratações realizadas e aquelas previstas no Plano Anual de Aquisições (PAA)				
Para que medir	Medir eficiência do PAA				
Quem mede	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças				
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)				
Onde medir (Fonte de dados)	No site da transparência do TRE-DF em Licitações e contratos e em Governança de Aquisições, e no PA específico aberto para acompanhamento das Contratações previstas no respectivo PAA. https://www.tre-df.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/compras-e-licitacoes https://www.tre-df.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-e-governanca/governanca-de-aquisicoes-1/governanca-de-aquisicoes				
Como medir (Fórmula de cálculo)	$\text{Quantidade de contratações previstas no PAA realizadas} \div \text{Quantidade total de contratações previstas no PAA}$				
Evolução desejada	Quanto maior melhor				
Metas	2022	2023	2024	2025	2026
	65,00%	65,00%	70,00%	75,00%	75,00%
Histórico	2017	2018	2019	2020	2021
	ND	60,00%	80,00%	75,00%	59,00%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INDICADOR 30: Taxa de execução do Plano de Gestão						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
O que mede (Descrição)	A eficiência na execução dos Planos de Gestão bianuais do TRE-DF.					
Para que medir	Monitorar a eficiência na execução dos Planos de Gestão bianuais do TRE-DF.					
Quem mede	AGEPE					
Quando medir	Bianualmente (com monitoramento trimestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	Planilhas e software de monitoramento do Plano de Gestão					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Média das médias dos percentuais de conclusão das atividades de cada uma das IEs.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas						2026
						85,00%
Histórico	2014	2016	2018	2020	2022	2024
	ND	ND	92,73%	89,00%	76,00%	89,72%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR 15: Taxa de execução do Plano Anual de Capacitação						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
O que mede (Descrição)	O grau de realização de ações de capacitação aderentes ao Plano Anual de Capacitação (PAC)					
Para que medir	Avaliar a execução da política estratégica de capacitação do Tribunal					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	Módulo capacitação do SGRH e PAC.					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Total de áreas de competências do PAC com treinamentos realizados ÷ Total de áreas de competências do PAC					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	44,44%	47,22%	75,00%	75,00%	69,00%	70,83%

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR 16: Taxa de desenvolvimento de competências gerenciais estratégicas						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
O que mede (Descrição)	O grau de realização de ações para o desenvolvimento de competências estratégicas em nível gerencial					
Para que medir	Aferir a eficácia na execução das ações de desenvolvimento de competências gerenciais consideradas pela alta administração como estratégicas					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento semestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	A partir das informações obtidas do Módulo de Capacitação e das ações estratégicas relacionadas					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$\text{Quantidade de eventos de capacitação gerencial realizados} \div \text{Quantidade de eventos de capacitação gerencial previstos no PAC}$					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	55,56%	80,00%	100,00%	200,00%	100,00%	75,00%

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR 17: Índice de absenteísmo-doença						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
O que mede (Descrição)	Mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria					
Para que medir	Obter informações sobre medidas a serem tomadas para diminuição do índice de absenteísmo por doença, através de Ações de Saúde realizadas pela CAMS/TRE-DF					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	Relatório de Licenças Médicas emitido pelo SGRH e Informação fornecida pela SGP sobre número total de Servidores e Servidoras					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$(\text{Dias de ausência de servidores por motivo de saúde, própria ou de familiar}) \div (\text{Quantidade de dias no ano} * \text{Total de servidores no final do período})$					
Evolução desejada	Quanto menor melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	2,50%	3,50%	2,90%	3,10%	2,80%	3,40%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	3,22%	3,16%	3,31%	3,70%	3,89%	2,14%

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR 18: Índice de capacitação de servidores						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
O que mede (Descrição)	Percentual de capacitados (servidores únicos que concluíram pelo menos 1 curso de capacitação) em relação ao total de servidores					
Para que medir	Conhecer o quão o TRE-DF está distribuindo as ações de capacitações entre os servidores					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento semestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	A partir das informações obtidas do Módulo de Capacitação e outros sistemas utilizados pela SGP					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Total de servidores capacitados ÷ Total de servidores Obs.: Total de Servidores na época de apuração.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	39,66%	45,33%	50,80%	70,00%	54,00%	36,78%

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INDICADOR 29: Quantidade de campanhas realizadas sobre assédio e discriminação						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
O que mede (Descrição)	Quantidade de campanhas realizadas no ano sobre orientação e esclarecimento sobre assédio moral, assédio sexual e discriminação.					
Para que medir	Garantir a orientação e o esclarecimento sobre assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito do TRE-DF, tendo como referência a pesquisa sobre assédio e discriminação realizada anualmente.					
Quem mede	Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	PA SEI utilizado para organização das campanhas					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Quantidade de campanhas realizadas no ano sobre orientação e esclarecimento sobre assédio moral, assédio sexual e discriminação.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas				2024	2025	2026
				4	4	4
Histórico	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	ND	ND	ND	3	4	6

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INDICADOR 19: Aderência da execução ao planejamento orçamentário						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
O que mede (Descrição)	Percentual de execução em acordo com o planejado no processo de elaboração do orçamento. Ou seja, mede a capacidade da Administração de executar suas programações orçamentárias conforme o planejamento que embasou a elaboração da Lei Orçamentária Anual.					
Para que medir	Melhorar a qualidade do planejamento orçamentário, com vistas a reduzir a alocação de recursos a despesas que não tiveram a sua programação devidamente incluída no Plano de Aquisições e no Plano de Obras.					
Quem mede	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	SIGEPRO/TESOIRO GERENCIAL/SIAFI/SIOP					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Total executado em acordo com a programação orçamentária ÷ Recursos orçamentários alocados no SIGEPRO					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	85,00%	86,50%	88,00%	89,50%	91,00%	92,50%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	66,80%	70,80%	94,40%	98,02%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INDICADOR 20: Perdas Orçamentárias						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
O que mede (Descrição)	Relação entre o valor não executado e o valor disponível, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados). Ou seja, mede o percentual de utilização dos recursos disponibilizados - inclusive para pagamento de despesas de exercícios anteriores não adimplidas - que não foram utilizados pela Administração.					
Para que medir	Reduzir as perdas orçamentárias, mitigar riscos referentes a redução das dotações orçamentárias e promover a melhor utilização dos recursos financeiros disponibilizados ao TRE-DF e à Justiça Eleitoral.					
Quem mede	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$\frac{(\text{Orçamento total não empenhado} + \text{Total dos restos a pagar não processados não pagos})}{(\text{Orçamento total disponível} + \text{Total dos restos a pagar não processados inscritos})}$					
Evolução desejada	Quanto menor melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	6,00%	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%	3,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	1,10%	1,54%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INDICADOR 21: Taxa de inscrição em restos a pagar						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
O que mede (Descrição)	Percentual de inscrição em restos a pagar processados e não processados, em relação ao orçamento autorizado do exercício. Ou seja, mede a capacidade de execução do orçamento sob a ótica das despesas empenhadas e não pagas no ano de apuração.					
Para que medir	Controlar o estoque da dívida flutuante do TRE-DF, reduzir o risco de frustração do planejamento do ano seguinte ao da apuração e prestigiar o planejamento orçamentário anual.					
Quem mede	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Total inscrito em restos a pagar processados e não processados ÷ Orçamento total disponível					
Evolução desejada	Quanto menor melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	6,50%	6,00%	5,50%	5,00%	4,50%	4,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	1,80%	1,63%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INDICADOR 22: Utilização do limite de pagamento						
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
O que mede (Descrição)	Relação entre os valores pagos do orçamento corrente e estoque de restos a pagar de exercícios anteriores e o limite de pagamento, de acordo com a Emenda Constitucional nº 95/2016. Ou seja, mede o percentual de pagamento dos recursos disponibilizados, inclusive para pagamento de despesas com restos a pagar efetivamente pagos em relação ao limite de pagamento destinado ao TRE-DF e à Justiça Eleitoral.					
Para que medir	Visualizar a execução orçamentária sob a ótica do pagamento, fomentando a completa execução do planejamento financeiro do ano apurado, bem como a redução de perdas orçamentárias e dos estoques de restos a pagar.					
Quem mede	Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento trimestral)					
Onde medir (Fonte de dados)	SIGEPRO/TESOURO GERENCIAL/SIAFI/SIOP					
Como medir (Fórmula de cálculo)	$(\text{Valores pagos do exercício} + \text{Restos a pagar pagos}) \div \text{Limite estabelecido pela EC nº 95/2016}$					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	96,00%	96,00%	96,00%	97,00%	97,00%	97,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	97,10%	96,27%

ND – Não disponível

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

INDICADOR 23: Índice de Governança de Tecnologia da Informação						
Macrodesafio	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados					
O que mede (Descrição)	Nível de maturidade da governança					
Para que medir	Aprimorar o nível de governança					
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir (Fonte de dados)	Relatório do iGovTIC-JUD do CNJ					
Como medir (Fórmula de cálculo)	De acordo com os parâmetros do iGovTIC-JUD definidos pelo CNJ. Obs.: as metas de 2022-2026 foram revisadas, tendo em vista que os parâmetros foram alterados pelo CNJ.					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	81%	68,49%	70,84%	73,79%	*	*
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	34%	67%	66%	70%	75%	80%

* A meta para 2025 e 2026 será o valor necessário para obtenção do nível aprimorado de acordo com os critérios do CNJ.

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

INDICADOR 24: Disponibilidade dos serviços e sistemas prioritários no TRE-DF						
Macrodesafio	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados					
O que mede (Descrição)	Disponibilidade dos serviços e sistemas prioritários no TRE-DF					
Para que medir	Mitigar as interrupções de funcionamento de serviços e sistemas da Sede do Tribunal e garantir um alto índice de disponibilidade de serviços à Justiça Eleitoral do DF					
Quem mede	Coordenadoria de Infraestrutura (COIE) e Coordenadoria de Soluções Corporativas (COSC)					
Quando medir	Anualmente (com monitoramento mensal)					
Onde medir (Fonte de dados)	Software de monitoramento de disponibilidade dos seguintes sistemas: SEI, TRE-Saúde, Meu Espaço, SisAntena e Intranet					
Como medir (Fórmula de cálculo)	Soma do percentual de disponibilidade dos serviços e sistemas prioritários ÷ Número de serviços e sistemas prioritários monitorados					
Evolução desejada	Quanto maior melhor					
Metas	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	ND	ND	ND	96,00%	97,00%	98,00%
Histórico	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	ND	ND	ND	ND	ND	ND

ND – Não disponível

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS BIÊNIO 2024-2026

Nº	Iniciativa Estratégica	Unidade Responsável	Descrição	Macrodesafio TRE-DF
1	Central Eleitoral	SCE/GPR/DG/SAO	Criação de uma Central Eleitoral digital e física, visando a otimização da utilização de recursos humanos, a centralização do atendimento ao usuário e o aumento na produtividade.	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade; Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa.
2	Elaboração da Política Imobiliária	SAO/CISEG GDG	Criação de um grupo de trabalho para elaboração de plano de médio e longo prazo que defina as diretrizes acerca da capilaridade imobiliária do TRE-DF.	Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa.
3	Prova de vida digital	SGP/SELEB	A Prova de Vida Digital permitirá a realização do recadastramento dos servidores públicos aposentados e pensionistas do TRE-DF remotamente, possibilitando que os aposentados e pensionistas, mesmo que estejam no exterior, ou sem condições de deslocamento, possam ter acesso ao serviço a qualquer hora e lugar.	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; Promoção da Sustentabilidade
4	Atualização do Manual do Processo Eleitoral do TRE-DF, com processos ZZ	EPE	Atualização do Manual do processo eleitoral, abarcando os processos relativos às eleições no âmbito da Zona Eleitoral do Exterior.	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
5	Implementar o Conselho de Chefes de Cartórios	SCE/ASCRE	Implementar o Conselho de Chefes de Cartórios, mediante a realização de reuniões bimestrais e instituição de pelo menos 2 comissões permanentes.	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Nº	Iniciativa Estratégica	Unidade Responsável	Descrição	Macrodesafio TRE-DF
6	Modernização do Sistema do TRE-Saúde	STIC/COSC	Modernizar o sistema do TRE-Saúde para sanar problemas técnicos e negociais do sistema, seja desenvolvendo internamente seja adquirindo uma solução de mercado.	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
7	Aprimorar a maturidade de segurança cibernética do TRE-DF.	STIC/COIE	Conforme Resolução nº 396/2021 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o TRE-DF deve implementar adequadamente a Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), a qual é composta por diversas ações relacionadas à segurança da informação e proteção dos dados e informação.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
8	Aumentar a qualidade da Gestão de governança de TIC	STIC/NGTIC	Atender a Resolução nº 370/2021 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que determina ao TRE-DF implementar a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), que é composta por diversas ações relacionadas às melhores práticas de Gestão de TIC, com implementação de Macroprocessos definidos em seu Art.21. , aprimoramento no acompanhamento do PDTIC, entre outros.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
9	Implantação do Sistema Janus no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	SJU	Planejamento e execução da implementação de pelo menos uma rotina de automação no PJe com a utilização da ferramenta Janus, desenvolvida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
10	Integração do Sistema de Gerenciamento da Propaganda Partidária - SisAntena ao Processo Judicial Eletrônico - PJe	SJU	Desenvolvimento da integração entre os Sistemas que permita o peticionamento direto e automático no PJe a partir do formulário de requerimento propaganda partidária gerado no SisAntena.	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Nº	Iniciativa Estratégica	Unidade Responsável	Descrição	Macrodesafio TRE-DF
11	Mapear o processo de planejamento e escolha dos fornecedores, integrantes do metaprocesso de contratações públicas	SAO	Padronização do fluxo de trabalho, formalização do processo de trabalho, racionalização de Mapear o processo de planejamento e escolha dos fornecedores, integrantes do metaprocesso de contratações públicas procedimentos e observância ao Parágrafo único do artigo 11 da Lei 14.133/2021, assim como da jurisprudência do TCU (Cito Acórdão 2746/2015)	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
12	Atender a 60% dos itens que representam evidência ao atendimento dos quesitos constantes do levantamento de governança orçamentária aplicado pelo TCU ao TRE-DF em 2024	SAO/CORF	Atender, com evidências, a 60% dos itens que representam evidência ao atendimento dos quesitos constante do levantamento de governança orçamentária aplicado pelo TCU ao TRE-DF em 2024. Atualmente atendemos a 40%.	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
13	Implementação da Gestão de Competência em 100% das unidades do Tribunal	SGP/COED	Criar condições para avaliar os conhecimentos e habilidades das servidoras e dos servidores, com foco nas atividades e nos resultados, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do TRE-DF.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Promoção da sustentabilidade
14	Implementação de Sistema de Gestão de Diárias e Passagens	SGP/COED	Automatizar e melhorar o fluxo de concessão de diárias e passagens com a elaboração de um Sistema de Gestão de Diárias e Passagens.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
15	Elaboração de Projeto de Programa Permanente de Capacitação no Processo Eleitoral	SGP/COED	Proporcionar uma forma permanente de capacitar os(as) servidores(as) do Tribunal nas fases do processo eleitoral.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Nº	Iniciativa Estratégica	Unidade Responsável	Descrição	Macrodesafio TRE-DF
16	Automatização de requerimentos direcionados à Secretaria de Gestão de Pessoas	SGP/SELEB	Desenvolvimento de requerimentos automatizados com a finalidade de facilitar e agilizar a interlocução entre os servidores e a Secretaria de Gestão de Pessoas.	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
17	Criação de Política de Atendimento ao Eleitor	SCE	Criação de Política de Atendimento ao Eleitor, com o escopo de promover a padronização e o aprimoramento contínuo do atendimento ao eleitor, a fim de alcançar a excelência dos serviços prestados pelas Zonas Eleitorais do Distrito Federal e do Exterior.	Garantia dos direitos fundamentais; Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
18	Estruturação de Apoio Jurídico e Administrativo ao Primeiro Grau	SCE	Estruturação de Apoio Jurídico e Administrativo ao Primeiro Grau, com a finalidade de oferecer suporte aos Cartórios Eleitorais, voltado para os processos de natureza criminal conexos aos crimes eleitorais e para as demais demandas administrativas que surgirem na primeira instância, com a fluidez e o dinamismo que a volatilidade da sociedade contemporânea nos impõe.	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

CONTROLE DE EDIÇÕES

EDIÇÃO	DATA
1ª	16/06/2021
2ª	27/07/2021
3ª	19/04/2022
4ª	16/05/2022
5ª	25/07/2022
6ª	16/06/2023
7ª	18/04/2024
8ª	11/06/2024
9ª	30/07/2024
10ª	30/04/2025
11ª	31/07/2025

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA – AGEPE



**PODER
JUDICIÁRIO**



**TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL - DF**

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA – AGEPE
